

**PLANTADORES DE FEIJÃO DE MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS:
IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE**
BEAN PLANTERS OF MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS: IDENTITY AND TERRITORIALITY

Solange de Oliveira

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



PLANTADORES DE FEIJÃO DE MAÇAMBIQUE-CANGUÇU/RS: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Solange de Oliveira¹

Resumo: Este trabalho tem como propósito revelar a identidade e territorialidade da comunidade de remanescente de quilombos de Maçambique, através do processo de trabalho, focado no cultivo do feijão. Entende-se que essa prática os caracteriza enquanto plantadores de feijão, pois nela se manifestam as formas peculiares de cultivo. A comunidade se localiza no terceiro distrito de Canguçu/RS, fronteira com o município de Encruzilhada do Sul, e distribuem-se por entre as localidades de Santo Antônio, Rincão do Progresso e Vau dos Prestes, ocupando uma extensão de aproximadamente 12 km em um território descontínuo.

Palavras chaves: Identidade, Territorialidade, Remanescentes de quilombos, Cultivo do feijão.

Abstract: This paper has as purpose to reveal the identity and territoriality of the community of remnants of Maçambique quilombos, through the process of working, focused on the cultivation of bean. It is understood that this practice characterizes them as bean planters, because in that are manifest the peculiar forms of cultivation. The community is located in the third district Canguçu/RS/Brazil, bordering the municipality of Encruzilhada do Sul, and is distributed among the localities of Santo Antônio, Rincão do Progresso and Vau dos Prestes, occupying an area of approximately 12km in a discontinuous territory.

Keywords: Identity, Territoriality, Quilombo remnants, bean cultivation.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da dissertação de mestrado apresentado no curso de Geografia. Ele é fruto do trabalho realizado durante alguns anos na comunidade de Maçambique, localizada no terceiro distrito do município de Canguçu. São 70 famílias associadas que se distribuem por entre serras, e possui um histórico de ancestralidade escrava na região, a qual se consolidou em várias parentelas extensas. Através dos relatos percebeu-se que o grupo era bem maior no passado, e que muitos moradores acabaram se deslocando para outras regiões em busca de melhores condições de vida.

O presente texto tem como objetivo evidenciar alguns aspectos que foram discutidos na dissertação, como identidade e territorialidade das famílias enquanto plantadores de feijão das serras. O grupo de remanescente de quilombos apresenta várias peculiaridades no seu modo de vida, que estão interligados com a identidade como plantadores de feijão, legitimando a territorialidade da comunidade no local onde vivem. A atividade como plantador de feijão vem do passado, seus ancestrais cultivavam o produto.

É dentro dessa atividade, que ainda se reproduz de maneira rústica, que se encontram algumas peculiaridades que diferencia o grupo em relação aos outros moradores. Embora outros plantem feijão, eles

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil.

se organizam e mantem essa atividade de forma diferenciada, em primeiro lugar não utilizam grandes instrumentos de trabalho, seguem algumas práticas e saberes que julgam melhorar a produtividade, e uma que se sobressai é a relação que prepondera dentre as famílias que não possuem terras e trabalham em um regime denominado na região de “parceria” ou “sócio”, onde arrendam a terra para poderem cultivar feijão e milho. O feijão foi escolhido por se ter referências históricas do plantio do produto na região e também por ser ainda hoje comercializado pelos moradores negros.

Ao longo do trabalho mostram-se algumas reflexões sobre identidade e territorialidade que se fundem com aquilo que a comunidade exprime dentro de cultivo do feijão. No entanto esta atividade é apenas uma das formas da comunidade expressar sua cultura e identidade, que vai, além disso, pois se trata de um grupo que apresenta uma ancestralidade escrava bem presente e possui uma trajetória no local onde reside que subsidia sua permanência no território.

COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE MAÇAMBIQUE

A comunidade de remanescente de quilombos de Maçambique localiza-se no terceiro distrito de Canguçu, em uma região historicamente denominada Serra dos Tapes, conhecida também como encosta do sudeste, próxima ao rio Camaquã no limite com o município de Encruzilhada do Sul, como podemos visualizar na sequência.

Internamente as famílias quilombolas residem em diferentes localidades, pelos quais os grupos se reconhecem e se identificam: Serra dos Gomes, Serra dos Almeidas, Serra dos Ribeiros, Serra dos Nunes, Rincão e Várzea, também chamada de Pantanoso, área que fica na região plana, propícia ao cultivo do arroz. Uma das principais estradas internas que interliga as serras é a chama Estrada Geral (em documentos históricos chamada de Estrada Real). Com exceção da Várzea, as outras localidades situam-se sobre a Serra. O grupo se autodeclarou quilombola em 2004 (RUBERT, 2005), mobilizado por reuniões organizadas pela sociedade civil com temáticas sobre famílias negras. Nesse processo publicaram-se vários materiais referentes às comunidades da região, inclusive Maçambique, que almejavam a certificação e o processo de regularização fundiária, muitas dessas organizadas pela CAPA². A formalização da associação quilombola se fez em 2007, propiciando a certificação pela Fundação Cultural Palmares e a entrada no processo de regularização fundiária junto ao INCRA. A certificação foi legitimada em 2009, e em 2010 iniciou-se o

² Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, vinculado à Igreja Luterana, que desenvolve projetos no meio rural, inclusive com famílias quilombolas. O artesanato e o trabalho com sementes são alguns projetos que se destacam.

processo de regularização fundiária com o convênio firmado entre INCRA³ e Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

O nome Maçambique, escolhido pelos moradores, faz referência a um homem que deu início à constituição do território. Embora hoje a história tome rumos distintos entre alguns núcleos familiares, ela se insere em uma narrativa coletiva passada de geração a geração por todos os membros da comunidade, principalmente os mais velhos, ou seja, *“A memória coletiva se constitui, aqui, em um conjunto de referências históricas comuns, que permitem a reprodução inventiva básica de fundação do território”* (ANJOS, 2004). Nesse caso pode-se dizer que a comunidade se auto representa a partir de um histórico comum a todos, que tem como um dos pontos de partida a morte do personagem Maçambique.

No entanto, embora a história de Maçambique seja o mito fundador da comunidade, outros nomes aparecem, de escravos(as), ex-escravos(as) ou filhos(as) destes(as) que receberam terras de herança no local ou as compraram, ou se deslocaram para lá em regime de apossamento espontâneo de locais de serra e matas e com o passar dos anos constituíram as várias parentelas extensas que se espalham no território.

Os moradores da comunidade apresentam uma forte ancestralidade escrava, isso em razão de estarem em uma região fortemente escravocrata e também servia de refúgio para os negros fugidos das charqueadas, estancias ou do meio urbano. Isso se justifica por a serra dos Tapes ser uma região de serranias e de difícil acesso no passado. O documento policial abaixo é uma das referências do local de refúgio dos escravos, pois se trata de uma solicitação do aumento do efetivo policial da vila sob a justificativa de que na Serra dos Tapes deste município haviam muitos escravos fugidos. Para a elite local esse fato era de grande desconforto, já que no documento está explícito que havia uma rota de escoamento de produção, e que se tinha a ameaça de saques, por aqueles que se refugiavam por entre as matas da Serra dos Tapes.

³ A partir do decreto 4.883 de 2003, o Ministério da Cultura transferiu para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a competência para demarcação, delimitação e regularização das terras Quilombolas. Em muitos casos o INCRA faz parcerias com entidades pesquisadoras que se interessem em realizar o Laudo Antropológico, Sócio-histórico e Geográfico das comunidades que já possuem a Certificação pela Fundação Cultural Palmares.

MAPA DISTRITAL DE CANGUÇU (RS), DESTACANDO A COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA - MAÇAMBIQUE

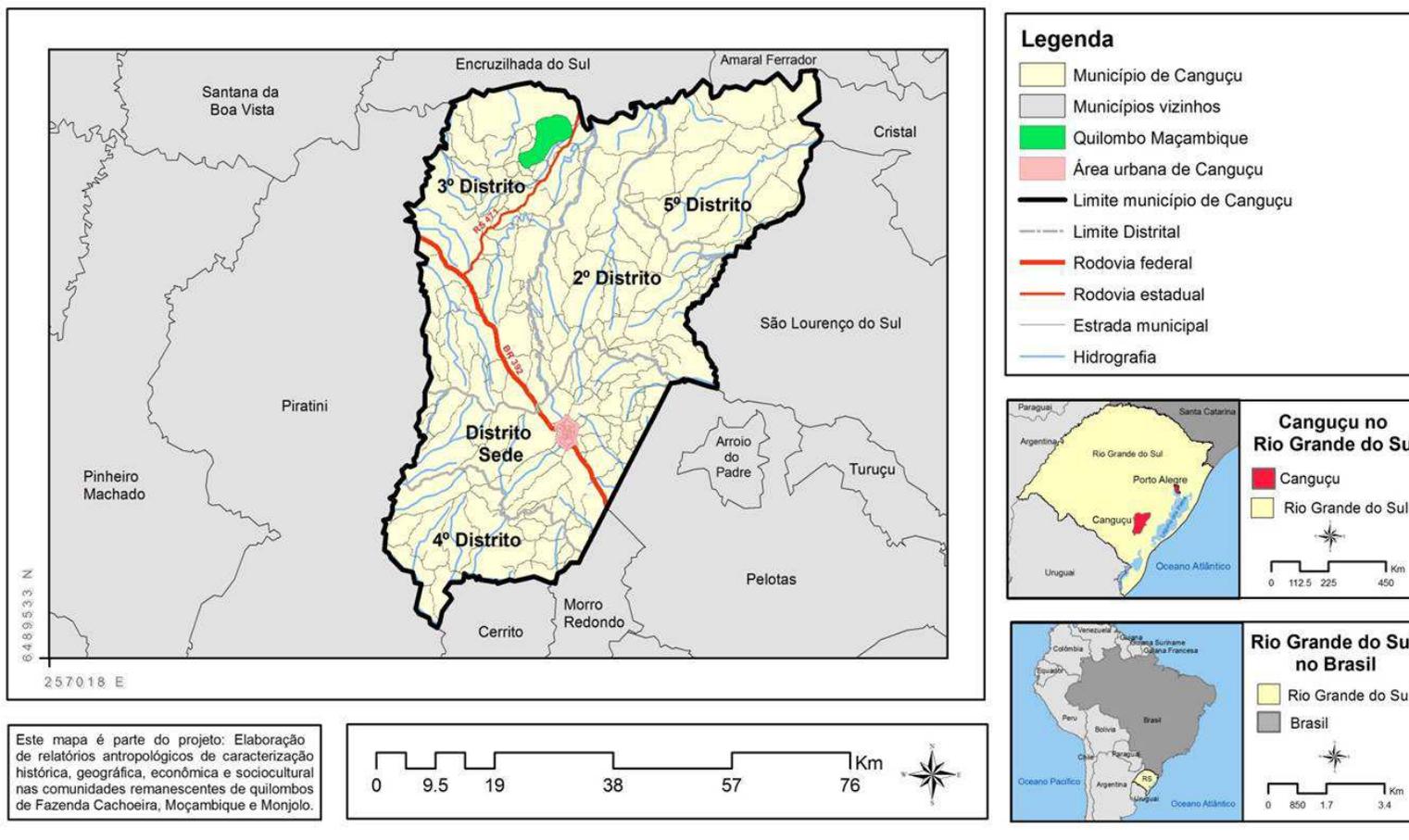


Figura 01: Mapa distrital de localização da comunidade Maçambique.

Canguçu (1º distrito)

Polícia – Maço

Subdelegacia de Polícia – correspondência expedida

João Baptista P. Galvão

1855

Ilmo. Exmo. Sr.

Animado por ter toda a confiança que V. Excelência não deixa nunca de atender e providenciar a bem da boa administração da justiça e da província que tão dignamente preside, é que vou representar a Vossa Excelência que a reabrida (?) da delegacia polícia neste lugar se torna tão urgente que sem ela nenhuma providência se pode dar para prevenir crimes e obstar abusos. Já esta reabrida (?) representei a Vossa Excelência em meu ofício de 12 de [?] do ano passado a que Vossa Excelência se dignou responder em 27 do mesmo indicando a maneira esta falta; mas permita-me Vossa Excelência saintificar-lhe (?) que apesar de ter remetido por cópia ao Comandante da Companhia da G. [Guarda?] N. [Nacional?] deste distrito, o mesmo ofício, e de por vezes ter requisitado força para diligências nem si só ver se levou a efeito tais diligências, ouve por não se apresentarem os homens requisitados, ou porque quando se apresentaram era com tal demora que já não tinha lugar a diligência, padecendo com isso a segurança individual e de propriedade.

Por estas e outras razões que decerto não são desconhecidas a Vossa Excelência muito respeitosamente vou a implorar de Vossa Excelência a graça de mandar e ordenar que da força que se acha destacada no distrito de Piratinim ao mando do Capitão Rafael Machado, seja fornecida da polícia composta de um cabo e quatro praças para esta povoação.

A situação desta povoação próxima a **serra dos tapes aonde se acoitam desertores e negros fugidos, a sua importância comercial cuja importação em diversos gêneros excede anualmente a mais de cento e cinquenta contos de reis se torna merecedora e reclama esta urgente** reabrida (?) que espero não deixará de atender, como é de esperar da retidão (?) de Vossa Excelência.

Deus guarde a Vossa Excelência...

Subdelegacia de polícia do primeiro distrito de Canguçu, 8 de março de 1855

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Dr. João Lins Vieira [?] de Sinimbu

Presidente desta província do Rio Grande do Sul

João Baptista P. Galvão

A comunidade apresenta inúmeras formas de enraizamento que legitimam a sua presença por entre serras. Durante a pesquisa e com o tempo de convivência foram aparecendo vários resquícios do passado, como taperas, topônimos, locais simbólicos guardados na memória, áreas onde seus antepassados trabalharam que se dividiram em áreas próprias e áreas de “sócio”, forma como designam o regime de parceria com pequenos e médios estancieiros da região. Outro ponto forte da territorialidade do grupo é a organização e distribuição de seus mortos por entre vários cemitérios localizados na serra e na várzea.

A maioria das famílias hoje sobrevive da agricultura mesclada com trabalhos eventuais em outras propriedades dentro ou fora do município. Trabalho essencial para complementar a renda das famílias que não possuem terras para cultivarem e ficam presos ao regime que se instaurou há séculos na região, o trabalho de “sócio” ou “parceria”. Nesse processo os trabalhadores necessitam arrendar os lotes de terras para continuarem plantando, mas também faz com que essas pessoas continuem em um sistema de dependência.

Essa forma de trabalhar é vista aqui como uma peculiaridade dessa comunidade, pois seus moradores são explorados, mas continuam a produzir feijão e milho assim como seus antepassados, pois é uma atividade que aprenderam com seus familiares, quando ainda crianças, e sentem prazer em reproduzi-la. Nesse sentido o texto apresenta o processo de trabalho como uma das formas de preservação da identidade, a manutenção e organização do trabalho no feijão dentro do território negro, reafirma a questão da cultura e identidade do grupo, que não aparece somente como padrões concretos (o modo de cultivo), mas está enraizado nas famílias é algo que se externaliza a partir do conjunto de mecanismos de controle, ou seja, as regras, planos e instruções seguidas por eles de livre acordo.

Hoje a comunidade vive uma crise no processo produtivo em função da desvalorização dos produtos cultivados e da falta de terras, ocasionada pelos esbulhos de terras por grandes empresas plantadoras de pinus e eucalipto, além da exploração dos grandes proprietários da região, em geral famílias brancas descendentes dos antigos escravocratas. Essas por sua vez estão decadentes e muitos já venderam seus lotes de terras para empresas de silvicultura, o que também prejudica a fauna e flora da comunidade, trazendo assim grandes impactos na vida das famílias que ali residem. Muitos reclamam que esse tipo de serviço não traz nenhum benefício, visto que prejudica e necessita de um grande investimento para que um dia volte a produzir alimentos.

O artigo tem por objetivo evidenciar a identidade e a territorialidade das famílias da comunidade, fundamentada pelos pontos que foram discutidos nessa breve apresentação da comunidade, deixando claro que uma complementa a outra, pois a identidade do grupo nada mais é do que fruto do modo de vida peculiar que se estabeleceu nesse lugar, através do trabalho e das ações realizadas para isso. O ser plantador de feijão vai além do trabalho e se torna uma forma de preservação das tradições e ações e se tornam fundamental para remontar a história dos negros da região, que há muitas gerações trabalham nessas terras, aliadas ao trabalho elas se somam e assim dão margem a territorialidade do grupo, que se manifesta pela circulação das parentelas no território, formação de núcleos, as relações mantidas entre membros e não membros da comunidade além de outros fatores que serão discutidos ao longo do texto.

REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Levando em consideração que uma comunidade de remanescentes de quilombos é legitimada por suas ações dentro de seu território e como esses se organizam independentemente da atividade que realizem desde que se auto reconheçam enquanto nesta categoria jurídica, conforme coloca a Associação Brasileira de Antropologia – ABA:

Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebeldes, mas sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio (O'DWYER, 2002, p.18).

Na comunidade de Maçambique, se faz presente essas características no modo como seus moradores, vêm se mantendo no território, resistido as dificuldades impostas pela falta de terras próprias e pelas relações que estabelecem na manutenção e reprodução de suas atividades.

Ser plantador de feijão a principio é uma atividade comum para quem vive no interior. Na comunidade, a maioria de seus moradores costumam plantar feijão, milho, e outros produtos em pequena quantidade. Optou-se no trabalho, por focar no feijão já que é um dos produtos que os moradores comercializam, e que nela se insere vários fatores que se interligam criando assim uma identidade coletiva, que leva em consideração,

como os próprios sujeitos se auto representam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de certa identidade (ALMEIDA, 2002, p.68).

Essa atividade se espalha por entre serras, assim como acontecia no passado. No período que se segue a atividade os moradores se interligam de certa forma com o proposito de fazer uma safra lucrativa. A partir do processo de trabalho da comunidade, constituem-se as relações internas e externas que reforçam os vínculos familiares e a união do grupo, *“onde se manifesta as formas de cumplicidade, reciprocidade, afetividade e amizade entre os membros, dando base para que a comunidade se mantenha viva”* (LIMA, 1995, p. 68).

Para a construção de uma identidade se faz necessário uma bagagem histórica dos moradores no local. Essa construção será mediada também pela geografia do lugar, além das relações do indivíduo com o meio e com outros grupos. A identidade ainda pode ser construída com um propósito, como explica Castells (2000), que apresenta em sua obra três tipos de identidades: 1) identidade legitimadora: seria a identidade dominadora ou nacionalista difundida pelo Estado; 2) identidade de projeto: pode ser caracterizada pela construção de uma nova identidade que redefine os indivíduos na sociedade e se liga à construção de si próprio dentro de um grupo maior; 3) identidade de resistência: construída pelos indivíduos que ficam à margem da sociedade e que são desvalorizados e estigmatizados, sendo assim acabam criando uma identidade com o propósito de defesa.

Levando em consideração essas três formas de identidade, as comunidades de remanescentes de quilombos se inserem na identidade de resistência, pois as formas de manutenção e organização interna se deram pela resistência as formas opressoras, resquícios dos anos de escravidão. Isso está claro dentro da comunidade de Maçambique que traz nas narrativas, uma série de subterfúgios utilizados por seus antepassados para pertencerem no território. Uma delas seria a luta e a sobrevivência no trabalho como “sócio”, sendo explorado pelas famílias de pequenos e médios estancieiros, em muitos casos sem lugar fixo para a moradia da família, obrigando a itinerância dessas. Ocorrendo assim o deslocamento dos moradores por várias serras reforçando a territorialidade delas no local.

Podemos ainda dizer que uma nova identidade surge hoje nesses grupos, a identidade de projeto. Eles se resignificaram para poderem legitimar a identificação e titulação de seu território, conforme prevê o Decreto Presidencial de nº 4.887 de 2003, que alterou as definições do decreto anterior e passou a integrar algumas reflexões antropológicas. Segundo Ilka Boaventura Leite, isso aconteceu porque quilombo passou a ser “*o conceito principal para se discutir uma parte da cidadania negada*” (LEITE, 1999, p. 141) aos afrodescendentes, em razão da completa falta de assistência por parte do estado brasileiro e da permanência da discriminação racial após a abolição.

Isso serviu como base para chegar à discussão de identidade étnica, termo que está sendo amplamente usado no Brasil pelos grupos que sofreram com as discriminações e injustiças históricas. Essa é a base da organização política de grupos que reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, como os indígenas e as chamadas comunidades remanescentes de quilombos (O'DWYER, 2005).

Para Claval (2001), que trabalha dentro da perspectiva da Geografia Cultural, a identidade se forma a partir de três características: a primeira se faz presente quando um grupo possui uma forte ligação, defronta-se com as mesmas dificuldades, sejam elas no trabalho ou nas condições materiais de sobrevivência, aparece como gêneros de vida em tempos tidos como lentos, ou seja, o meio rural ou pequenas vilas no interior. A segunda característica se relaciona ao fato de os membros da comunidade possuírem vínculos de consanguinidade e aliança, por meio dos quais os integrantes do grupo se interligam

uns aos outros. O autor salienta que nesses casos se fundamenta a territorialidade do grupo. E a terceira estaria ligada à “ideia de pessoa”, na qual deixa de ser o grupo para ser o indivíduo que toma suas decisões conforme a sua moralidade. Com certeza todas essas características se ligam umas às outras formando assim uma identidade étnico-cultural.

Essas ideias vêm ao encontro do que Frederik Barth (2000) elucida, pois para os grupos constroem uma fronteira étnica bem definida, independentemente dos fluxos de pessoas que as atravessam, pois essas fronteiras vão se dar através do histórico de cada um, que vai decidir seu pertencimento ou não ao grupo. O autor ainda ressalta que as interações sociais permitem a construção de sistemas sociais abrangentes, nos quais a cultura não se acaba, ela pode se resignificar, se reconstruir, mas os valores dos grupos étnicos permanecem. Na visão do autor, os grupos étnicos se evidenciam em contrapartida com outros, construindo-se a partir das diferenças organizacionais e de sinais diacríticos (BARTH, 2000, p.34-35).

Falando diretamente das comunidades de remanescentes de quilombos, eles chegaram até aqui mantendo relações com o todo no meio social. Neste sentido o autor alerta para as fronteiras das identidades étnicas, que são definidas pelos próprios atores, e o grau de pertencimento aos valores e objetivos que o grupo elege como importantes.

O reconhecimento dessas terras se deu pelo fato de a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) ter se baseado na teoria da etnicidade de Barth, que privilegia o fato de os atores se identificarem e manterem um vínculo com o local. Nesse sentido outra antropóloga explica que, ao tratar-se de remanescentes de quilombos:

Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à *herança*, baseada no parentesco; à *história*, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao *fenótipo*, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo (LEITE, 2000, p. 28).

Os aspectos levados em consideração dão subsídio à territorialização dos grupos, na qual se fundem uma série de princípios, leis e organizações diferentes do todo, legitimando a posse do território por parte das famílias negras.

A territorialidade da comunidade de Maçambique se exprime sobre as marcas do vivido, aquelas que os ancestrais deixaram no espaço de convivência, tanto materiais quanto imateriais. Sendo assim, foi construída uma rede sólida de parentesco que ocupa historicamente as terras, mesmo que em regime de parceria, e as partilham de forma a preservá-las. A Geografia Cultural nos permite a interpretação mais aprofundada das questões de organização social, política e cultural da comunidade, além de suas formas de apropriação e ligação com a terra.

Todo grupo social tende a apropriar-se de um dado território com o objetivo de fixar suas raízes. A apropriação do território pode ocorrer de formas distintas, depende de como os atores sociais se organizam, além das relações estabelecidas entre outros grupos sociais que convivem no mesmo espaço.

A permanência do grupo em um mesmo espaço faz surgir marcas que ficam por gerações e sinalizam o território, representando e remontando a trajetória de vida de seus antepassados. Com base no território surge a territorialidade, que segundo Saquet (2007), seria um fenômeno social que envolve indivíduos do mesmo grupo social, que se ligam diretamente ao lugar, pois adquirem características étnicas culturais influenciadas pelos fatos históricos e geográficos ocorridos no local.

Na consolidação de um território simbólico-cultural, Haesbaert (2004) nos diz que a delimitação se dá através de traços étnicos, sendo consolidados pelos vínculos de parentesco entre as famílias, contendo fortes laços de afetividade, e podem apresentar lugares considerados importantes e até mesmo sagrados para seus moradores como resgate de um tempo vivido. Isso não significa que os moradores vivam isolados do resto da sociedade, eles interagem, mas resguardam suas crenças, mitos e valores, que perpassam gerações.

No caso de Maçambique apresenta uma série de relações territoriais bem definidas que se apresentam pela forma de distribuição dos núcleos familiares por entre as serras, os antigos locais de plantação e de moradia dessas famílias negras, tudo isso aliado aos aspectos subjetivos e imateriais que vem com a memória coletiva que leva uma série de crenças e conhecimentos sobre o processo de trabalho ou até mesmo outros conhecimentos como ervas medicinais e benzeduras.

PLANTADORES DE FEIJÃO: IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Quem são esses homens e mulheres que possuem esse modo peculiar de plantação do feijão nas serras? Aqui se torna pertinente conhecer um pouco da trajetória de vida de alguns trabalhadores. Quando começaram a trabalhar, com quem aprenderam a atividade e como estão vivendo hoje?

Eles se entendem e se reconhecem a partir de suas semelhanças de vida enquanto grupo negro, descendentes de (ex) escravos que enfrentam as mesmas dificuldades e possuem a mesma visão de mundo. Isso se explica pelo seguinte viés dentro da Geografia Cultural.

Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem com os mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam do mesmo passado (WAGNER, MIKESELL, 2010, p. 28).

Os homens em idade produtiva relatam que começaram a trabalhar na lavoura entre 7 e 9 anos de idade, ajudando da maneira que podiam. Em um dos relatos o(a) interlocutor(a) informa que com seus irmãos, que somavam nove, costumavam ir pra lavoura bem cedo. Dividindo as tarefas, uma abria as covas e outros plantavam as sementes, ao meio dia voltavam pra casa pra ajudarem a mãe com o almoço.

Interlocutor(a)⁴: desde pequena, desde nove anos de idade mais ou menos era isso, tudo cavando de enxada as mais graudinha levava tudo pra enxada de manhã bem cedo, e aí cava até as onze e meia por aí, ia largando de a “mocado”, agente cansava com cabo da enxada verde, pesado aquelas enxadas grandes [...] Todos os irmãos, os nove, era um carreiro no meio, depois iam largando para ajudar a mãe em casa a fazer as comidas.

(Entrevista realizada em 9 de janeiro de 2012)

O(a) interlocutor(a) ressalva que as enxadas eram pesadas e que os irmãos formavam um carreiro quando iam trabalhar, o que pra época era normal entre as famílias extensas, onde os filhos eram a mão-de-obra pra lavoura.

Outro senhor também morador da Serra dos Ribeiros, diz ter começado a trabalhar como sócio aos 11 anos de idade, e conciliava com as atividades escolares. Com essa idade ganhou os cavalos e um arado pra preparar a terra e semear a sua primeira lavoura de feijão. Eles eram nove irmãos vivendo em um pequeno lote de terra, e todos tinham que trabalhar pra ajudarem seus pais. Em geral era com essa idade que homens e mulheres começaram a trabalhar nas lavouras e assim foram incorporando a técnicas e saberes que possuem.

Apesar da grande maioria dos moradores terem se iniciado na agricultura junto com seus familiares, em meio a brincadeiras entre irmãos e primos, outros, porém tiveram uma infância mais dura. Essa é a história de alguns homens da comunidade que quando crianças trabalharam na casa de famílias brancas como “filhos de criação”. Os trabalhos eram os mais variados, como doméstico (lavar louça, arrumar a casa e cuidar das crianças) ao trabalho na agricultura. Muitas dessas crianças foram deixadas nessas casas em razão da falta de condições de serem criadas por seus pais. Há casos de crianças que passaram a residir com outras famílias a partir dos três anos de idade, outros já com 13 anos, em alguns casos os pais trabalhavam de peões nesses locais e os filhos ficavam para dormirem e se alimentarem, como explica um dos moradores.

Pesquisador(a)¹: E como é que era ser filho de criação, vocês moravam na casa ou não?

Interlocutor(a)³⁶: Não, eu tinha um quarto no galpão.

[...]

⁴ Os nomes dos entrevistados foram resguardados, como forma de preservar a integridade dos moradores da comunidade.

Pesquisador(a)¹: E que tipo de trabalho você fazia?

Interlocutor(a)³⁶: Eu trabalhava no campo, cortava lenha, varia terreiro, até a louça eu lavava ao meio dia, lavava pra eles lá. Alambrava arame, limpava campo, quando tava parado, arrancava carqueja no campo.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011).

Ele ainda relata os maus tratos que sofreu no período que viveu com a família levando ao desentendimento entre o senhor e o “filho”.

Pesquisador(a)¹: E por que saiu do Londinha?

Interlocutor(a)³⁶: Ele queria chegar e queria lasquear os caras de relho, assim.

Pesquisador(a)¹: Ah, é mesmo?

Interlocutor(a)³⁶: Ele gostava muito, ele gostava muito de querer lasquear os caras de relho.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011).

Embora tenham sofrido muito enquanto filhos de criação, era neste meio que os agricultores da comunidade de Maçambique aprenderam a plantar e cultivarem o feijão e outros produtos, além de se iniciarem nas condições de “sócio” ou “parceiros” arrendando pequenos lotes de terra de seus pais de criação para plantarem feijão. O perfil desses moradores se assemelha entre si, pois todos eles iniciaram-se como plantadores, ainda crianças, viveram situações de dificuldades nas famílias, viram seus familiares trabalhando em terras alheias e a maioria perdeu o pai quando ainda era criança.

Parte das famílias negras hoje não possui terra para o plantio, por fatos que ocorreram no passado como a venda de seus lotes por valores baixíssimos ou pela própria expropriação por parte de outros moradores. Nesse processo se instaurou uma relação de trabalho a qual esses plantadores de feijão estão presos (sócio ou parceria), que nada mais é o arrendamento de lotes de terras. Neste tipo de relação de trabalho são feitos alguns acordos em relação a quantia a ser paga pela terra, a qual denominaram de “meia” onde o dono da terra entra com alguma ajuda no preparo da terra ou com a mão de obra e depois o plantador dá metade da produção. Outra forma de acordo é chamada de “terça”, onde realiza todo o processo, sem nenhum tipo de ajuda e no final paga trinta por cento do que foi colhido ao arrendatário.

O feijão não é o único produto a ser produzido pelo grupo, no entanto na maioria das vezes é o único a ser comercializado por eles, alegando ser uma cultura que não necessita de grandes recursos, apenas contam com a ajuda da natureza. Neste processo de produção do feijão, os moradores aplicam seus conhecimentos que vai do preparo da terra (o tempo de semear, capinar, colher, os saberes tradicionais) até a maneira de organização para a comercialização do produto, parte final do processo. Embora o trabalho

seja todo braçal o individuo necessita aplicar seus saberes e informações acumuladas e ao mesmo tempo se atualizarem (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997).

Durante a etnografia houve o acompanhamento do processo de trabalho como participante do preparo da terra a venda do produto. Nos meses de julho, agosto e setembro inicia-se o preparo da terra. Alguns trabalhadores que não possuem terra arrendaram seus lotes para começarem a plantar. Uma das alternativas são as terras de uma das empresas de florestamento que se instalou na região e teve suas atividades suspensas por decisão do IBAMA⁵. Também acontece parceria entre esses trabalhadores, com os que já possuem lotes de terras, que geralmente são moradores que saíram da comunidade, constituíram poupança e voltaram para adquirir pequenas propriedades rurais. Outros juntam-se para dividir as despesas arrendando terras juntos e assim dividindo o trabalho e os lucros.

O preparo da terra é feito com tração animal, em geral utilizam o cavalo por se adaptar ao terreno íngreme. Como se visualiza nas imagens a seguir o plantar feijão entre as serras exige muito desses trabalhadores. Nessa etapa do trabalho, há uma reciprocidade entre esses trabalhadores, pois os que possuem instrumentos de trabalho acabam emprestando para os que não tem, muitas vezes em troca de ajuda em outras fases da produção. Nos meses seguintes acontece a plantação do feijão, tudo manual, onde é utilizada a “matraca”, nos próximos meses acontece a germinação e o crescimento do feijão que as vezes é prejudicada pelas intemperes do clima. A colheita do feijão que acontece geralmente nos meses de dezembro e janeiro, é feita pela manhã, começando antes do sol nascer, fazendo pequenos montes nas lavouras para secar no sol. À noite as famílias recolhem o feijão ou estendem lonas para proteger do orvalho da noite ou das chuvas. Quando seco acontece o processo de debulhamento que no passado era feito manualmente, na eira⁶ ou com o “mangual”⁷, hoje os moradores pagam uma quantia em valor ou em produto para utilizarem um debulhador mecânico.

Após a limpeza o feijão é embalado em sacos de 50 Kg para a comercialização. A troca das sacas de feijão nos estabelecimentos comerciais por gêneros alimentícios e insumos agrícolas é comum entre os moradores. Em alguns casos as famílias compram a prazo e acabam por pagar com o produto, recomeçando o processo de dívida e assim sucessivamente. Consequentemente essas famílias acabam contraindo uma eterna dívida, o que os faz ficar em uma situação de vulnerabilidade financeira.

⁵ A região hoje apresenta algumas empresas de Silvicultura, uma delas possui uma vasta quantidade de área que foi comprada dos estancieiros que mantinham estreitas relações de trabalho com as famílias negras da comunidade. Com a venda e o embargo das atividades pelo IBAMA, em consequência de atividades ilegais em algumas áreas, a empresa passou a arrendar as lavouras onde essas famílias já trabalhavam. Outros ainda seguem trabalhando com moradores da região. Muitos dos contratos firmados são feitos apenas de boca, sem nenhum registro, o que dificulta a busca de certos direitos por parte desses trabalhadores.

⁶ No decorrer da pesquisa, não foi encontrada as eiras, pois se tratava de um círculo aberto no chão e limpo, onde se depositava o feijão e colocava os cavalos ou bois para caminharem em cima, a palha ia sendo retirada aos poucos e depois as famílias peneiravam o feijão no vento para tirar qualquer resquícios de casca.

⁷ O “mangual” como é chamado é um instrumento rústico feito a partir de duas partes de madeira ligados por uma corda e serve para bater quebrar a casca do feijão. Hoje eles utilizam pouco esse instrumento, apenas para pequenas quantidades de feijão.



Figuras 01 e 04: Preparo da terra para o plantio. Lavoura pronta para sementeira.



Figuras 05 e 06: Sementeira do feijão. Crescimento das mudas.



Figuras 07 e 08: Colheita e secagem. Senhora limpando o feijão de forma artesanal.

Esse quadro vem se modificando, após o reconhecimento da comunidade como remanescentes de quilombos, pois novas frentes de comercialização foram abertas⁸, quebrando o vínculo de dependência que se instaurava há décadas com estabelecimentos comerciais da região. Vínculo prejudicial ao desenvolvimento dos membros da comunidade de Maçambique, pois além de darem a “meia” ou a “terça” para os donos de terras o restante fica nas mãos dos comerciantes, como pagamento dos produtos agrícolas e alimentos comprados durante a safra do feijão, como é relatado na entrevista com um dos plantadores.

Pesquisador(a)¹: O senhor falou de empatar com a conta na venda. Essa conta na venda, vocês compram o que na venda?

Interlocutor(a)³⁹: Nós compramos bóia pra comer.

Pesquisador(a)¹: O que vocês não plantam, no caso?

Interlocutor(a)³⁹: O que nós não plantemos aqui, nós compramos.

Pesquisador(a)¹: E na venda vocês chegam a comprar também insumos pra lavoura?

Interlocutor(a)³⁹: As vezes compramos. Às vezes nós compramos pra botar.

Pesquisador(a)¹: E isso tudo fica pra pagar na colheita?

Interlocutor(a)³⁹: As vez nem dá pra pagar né. Às vezes o cara tem que fazer outro biscatezinho, como diz o outro, meio de peão, alguma coisinha, pra poder pagar.

(Entrevista realizada em 20 de dezembro de 2011)

O “empatar” que o morador coloca na entrevista se refere a zerar a dívida com a “venda”, o que às vezes perpassa para a próxima colheita. Esse vínculo com esses estabelecimentos vem há gerações e em geral os donos desses locais são da rede de parentesco das famílias que arrendam a terra para as famílias quilombolas

Nesse processo de trabalho das famílias se manifesta a territorialidade da comunidade. A circulação dessas famílias no território em razão da forma de trabalho, ou seja, a troca de áreas para o plantio. No passado há muitos relatos de famílias que residiam onde arrendavam, ou até mesmo quando trabalhavam em seus próprios lotes de terras tinham que se deslocar em razão de ameaças feitas pelas famílias brancas. Isso esta presente no relato que se segue.

Interlocutor(a)¹: A gente saiu de lá porque era naquele tempo que tomavam a terra das pessoas, só chegavam e diziam que um pobre não podia ter pouca terra no meio de uma extensão grande. A gente saiu e ficaram de dono da terra.

(Entrevista realizada em 2 de março de 2011)

⁸ Cooperativa Sul Ecológica de pequenos agricultores e UNAIC- União da Associações do interior de Canguçu.

Dessa forma os moradores acabavam por ter varias moradias ao longo da vida. Através da memoria dos mais velhos da comunidade, foi possível fazer um mapeamento da localização das taperas, tentando assim visualizar a abrangência do território dessas famílias no passado. Nesse processo foram registrados tanto taperas de pessoas que ainda residem na comunidade como dos que hoje estão ausentes. Abaixo podemos visualizar na imagem de satélite os pontos coletados.

No processo de demarcação das taperas, percebe-se que havia pequenos redutos de moradores como vilas que se formavam em alguns casos pela compra de terras entre familiares, ou por trabalharem na mesma terra. Com o processo de esbulho das famílias negras, muitos acabam trabalhando e buscando formas de adquirirem lotes de terras onde a família permanecesse. É nesse processo que se forma a comunidade aliada aos lotes que alguns escravos ou filhos de criação receberam no passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tentou demonstrar um pouco da identidade e territorialidade da comunidade por meio da atividade produtiva das famílias assentadas na produção de feijão. Cada comunidade possui uma forma de legitimar seu território e fazer com que as pessoas fora do âmbito do grupo, percebam essas características que muitas vezes são bem visíveis.

Foi através da pesquisa, que se teve acesso a todas as lógicas que se centralizam dentro do processo de trabalho como plantador de feijão. É através desse trabalho que a comunidade reforça seus laços enquanto pessoas que partilham de uma única história e se encontram em situações semelhantes. A forma de aquisição dos lotes de terras para plantio seria uma fato que vem acontecendo ha gerações, e que continua a se repetir, ou seja, muitos ainda dependem dos lotes de terras de famílias brancas que residem na serra em um modo de produção de dependência. Percebe-se ai que mesmo com todos os mecanismos jurídicos disponíveis e acessados algumas comunidades negras ainda continuam dependentes de outros meios para poderem se sustentar.

A cumplicidade entre os moradores, a ajuda mutua são princípios que se explicitaram nessa atividade. A troca de instrumentos de trabalhos e de ajuda foram uma das peculiaridades comuns e revelam as características do grupo enquanto comunidade. Para, além disso, há toda uma lógica de saberes, que são postos em prática no processo de trabalho do homem do campo. São diferentes formas de abstração e de valores que se mantêm fundamentados em uma vida simples, onde o plantador e sua família detêm todo o saber de cultivo do produto. O que se constata entre as famílias que compõe a comunidade são conhecimentos que vem sendo postos em prática há gerações, o homem como detentor de uma saber maior que alicerçam todo o processo de trabalho.

Durante o tempo decorrente de pesquisa, percebeu-se que para além do processo de trabalho a comunidade é muito rica em sua trajetória histórica, e também possui um potencial imenso de alternativas de trabalho que transcendem o cultivo do feijão, no entanto essa atividade vem sendo reproduzida há gerações, e pode-se dizer que é uma tradição que a comunidade traz, pois nela estão contidas a identidade do grupo e todo o seu histórico dentro do território.

Taperas demarcadas

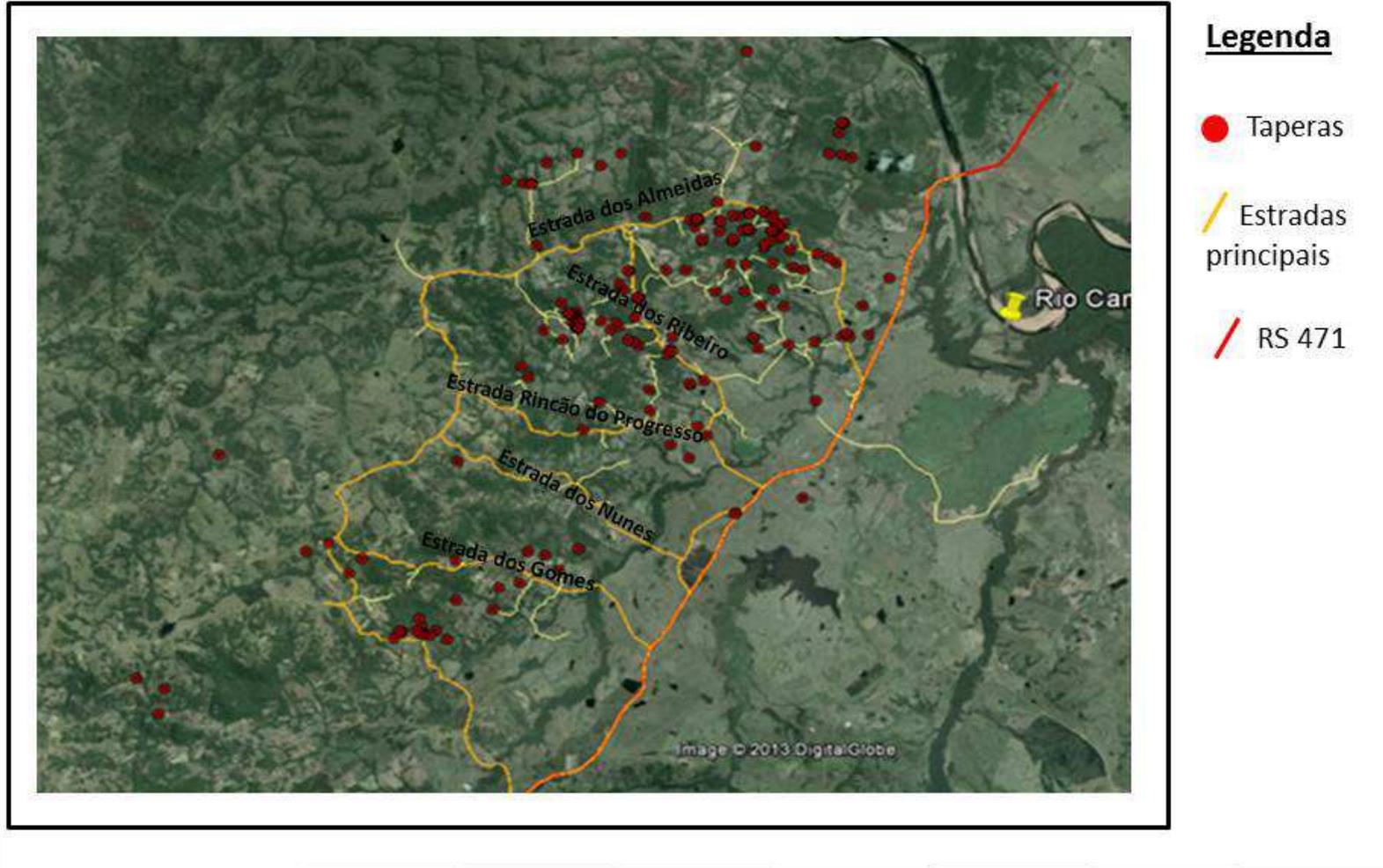


Figura 02: Demarcação das taperas da comunidade. Fonte: imagens do Google Earth.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A.W.B. Os Quilombos e as Novas Etnias. IN: O'DEWYER, E.C. (org). *Quilombos: Identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA 2002.
- ANJOS, J.C.G. Identidade Étnica e Territorialidade. IN: *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade de negros e direitos territoriais*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2004.
- BARTH, F. Grupo étnicos e suas fronteiras. IN: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. p. 187-227.
- BARTH, F; LASK, T. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 2000.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução GERHARDT, K.B. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CLAVAI, P. *Geografia Cultural*. 2 ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.
- HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do "do fim dos territórios" à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEITE, I.B. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002.
- LEITE, I.B. Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográficas*, v. 04, n. 02, Lisboa, 2000.
- LIMA, D.A. *As Relações Sociais de Produção dos Pescadores do Canto do Mangue - Natal / RN*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – CFCH, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- LIMA, D.A. *O lugar Marambaia*. Tese (Doutorado em Geografia) – FCT – UNESP, Presidente Prudente, SP, 2003.
- O'DWYER, E.C. Os Quilombos e as fronteiras da Antropologia. *Antropolítica*, Rio de Janeiro, v.19, 2005.
- RUBERT, R. A.; ROSA, R.; MONTEIRO, C. S. Regime escravocrata e direitos costumeiros IN: MELO, A.L.A. (org.). *"Palmas" para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2011, v.1, p. 29-99.
- SAQUET, M.A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SEGATO, R.L. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. *Série Antropologia*, Brasília: UnB, n. 373, 2005.
- WAGNER, P.L; MIKESELL, M.W. Os temas da Geografia Cultural. IN: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010;
- WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. *O Trabalho da Terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: UNB, 1997.

Recebido em:11/07/2014
 Aprovado em:03/09/2014
 Publicado em:03/10/2014